

Criada a Comissão Técnica Permanente de Estudos Fiscais (COTEPE), visando a uniformizar a legislação tributária nos vários Estados e como aplicação da cláusula 10.^a do V Convênio do Rio de Janeiro, assinado pelos Secretários da Fazenda da Região Centro-Sul.

Constituída Comissão para elaborar o Código Tributário do Estado de São Paulo.

Institucionalizada a Assessoria de Política Econômica, para análise da situação econômica geral e sua implicação nas políticas tributárias, financeira e creditícia.

Ampliou-se, ainda mais, a utilização da rede bancária para arrecadação tributária. Em dezembro de 1968 existiam 900 postos de arrecadação funcionando nas agências bancárias do Município de São Paulo e 80 nos estabelecimentos do interior. Somente na Capital o montante do I.C.M. recolhido por essa via, ascendeu a NCr\$ 1.437.128.115,00.

Houve em 1968 um aumento de 76,52% na arrecadação, por via judicial, da dívida ativa.

Foi baixada em abril de 1968 lei fundamental regulando o sistema de penalidades por débitos fiscais.

O Departamento Estadual de Administração foi transferido para a Secretaria do Trabalho e Administração, com sua denominação alterada para Departamento de Administração de Pessoal do Estado (DAPE).

O Grupo Estadual da Reforma Administrativa prosseguiu na elaboração das leis e decretos de reforma das Secretarias e órgãos subordinados.

Transferiram-se para a então Secretaria de Turismo, as atividades ligadas à promoção cultural e ao incremento da educação física e dos esportes, que passou a denominar-se Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, recebendo da Secretaria da Educação o Departamento de Arquivo e o Serviço de Museus Históricos.

A Secretaria do Governo foi transformada em Secretaria da Promoção Social, à qual ficaram afetos o Serviço Social de Menores, o Departamento de Imigração e Colonização e o Conselho Estadual de Auxílios e Subvenções.

A Secretaria do Trabalho passou a denominar-se Secretaria do Trabalho e Administração ficando a ela subordinado o antigo Departamento Estadual de Administração.

As Secretarias da Agricultura e da Saúde Pública tiveram a sua reforma concluída.

Foram reestruturados a Casa Civil e o Conselho Estadual de Cultura.

O Banco do Estado de São Paulo, em setembro de 1968, incorporou o Banco Nacional da Lavoura e Comércio, com 52 agências.

Resolveu o problema da Companhia Cinematográfica Vera Cruz, com o pagamento dos créditos ao Banco e de suas ações, mediante a entrega dos imóveis, permanecendo a empresa em funcionamento sob controle dos acionistas remanescentes. Foram instaladas novas agências em cerca de 50 municípios e distritos de São Paulo, do Paraná, do Rio de Janeiro, Santa Catarina e Minas Gerais. Os depósitos alcançaram, em setembro de 1968, a quantia de 1 bilhão, seiscentos e vinte e quatro mil cruzeiros novos, o maior nível já alcançado pelo Banco em toda a história. Cerca de 64% do total dos recursos líquidos do Banco foram destinados a aplicações. A expansão desses empréstimos foi de 60% em relação ao ano anterior.

Em termos de montante (total emprestado durante o ano), o acréscimo das aplicações foi de 110%, por volta de NCr\$ 3.150.000.000,00, em 1968; contra NCr\$ 1.497.296.000,00, em 1967. No campo dos empréstimos externos foram realizadas operações no total de US\$ 16.935.000,00, cerca de NCr\$ 66.000.000,00, visando a atender especialmente às necessidades da CESP, com ofertas, em conclusão de mais US\$ 17.500.000,00. As ofertas de crédito ao Banco no Exterior, superaram 60 milhões de dólares. A Caixa Econômica concedeu um total de NCr\$ 147.216.620,00 em empréstimos ou suplementações, cooperou com a CESP em operações de crédito do valor de NCr\$ 91.700.400,00 e efetuou descontos de Promissórias do Tesouro, emitidas a favor de Prefeituras Municipais, na quantia de NCr\$ 12.731.549,13. O aumento de seus depósitos foi de NCr\$ 154.105.477,56. Seu número de agências, no fim de 1968, era de 559, sendo 44 na Capital e 515 no Interior. Seu "superavit" em 1968 foi de NCr\$ 24.574.808,63, o maior do período 1963/1968 e o maior desde que a CESP foi erigida em autarquia, em 1951.

Em 1969 a economia paulista atingiu níveis realmente excepcionais.

O setor industrial, que já demonstrava vitalidade em 1968, superou esse desempenho. As vendas industriais cresceram 8,1% em termos reais, o consumo industrial de energia elétrica aumentou 12,8% e o nível de empregos industriais também aumentou na base de 6,5%. O setor automobilístico influiu nesse aumento, pois a sua produção aumentou 55,5%, refletindo em outros ramos industriais, como o metalúrgico, a mecânica e a borracha.

O setor agrícola apresentou níveis inferiores ao do ano anterior, pela ocorrência de condições climáticas desfavoráveis, embora a renda dos produtores tenha permanecido estável, pela elevação dos preços. O café e o algodão, entretanto, tiveram suas produções aumentadas.

O setor comercial foi oscilante, com decréscimo em alguns ramos e aumento em outros. Mas em novembro de 1969 houve incremento em todos os ramos e as compras atingiram níveis elevados.

A Secretaria da Fazenda, transformada em instrumento de propulsão da economia paulista, debruçou-se sobre os problemas mais imediatos, pautando sua ação sobre uma análise de conjuntura econômica estadual.

O aperfeiçoamento dos órgãos de aferição econômica e financeira da Secretaria chegou a um tal nível, que a previsão da receita atingiu grau máximo de aproximação no que concerne à arrecadação do ICM, em 1969, pois a diferença entre a previsão e a arrecadação situou-se em 0,0017.

Assumindo essa nova atitude não de órgão-caixa e arrecadador, mas de termômetro da atividade econômica, elaborou a Secretaria vários estudos importantes, entre os quais se salientam o referente à descentralização da atividade industrial, a análise regional dessa atividade, a promoção das exportações de produtos manufaturados e estudos sobre a indústria têxtil.

Coordenou-se a instalação em São Paulo da primeira subsede do Centro Interamericano de Promoções de Exportações (CIPE), — órgão da organização dos Estados Americanos.

Ampliaram-se os estímulos fiscais não apenas agropecuários e industriais, mas também turís-